

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.623 - RS (2019/0295612-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : LAIRTO HEIMERDINGER (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JOSÉ HENRIQUE SALIM SCHMIDT E OUTRO(S) - RS043698  
PAULO DE TARSO DALLA COSTA - RS058322  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por LAIRTO HEIMERDINGER contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, na impetração originária (HC n.º 70082362385), denegou a ordem.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 13/07/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, surpreendido com "*sete buchas de cocaína com peso total aproximado de dois virgula um gramas*" (fl. 17). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 10-13).

A Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada, com a seguinte ementa (fl. 137):

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. HIGIDEZ DO PERICULUM LIBERTATIS. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA.

1. *As peculiaridades dos delitos imputados, as condições pessoais do réu e sua periculosidade (pelo modus operandi e reincidência) justificam a segregação preventiva, afigurando-se hígidos o fumus commissi delicti e periculum libertatis. No caso, sobressai do Inquérito Policial que o paciente foi flagrando comercializando cocaína. Além da apreensão das drogas, em sua posse foram encontrados dinheiro em notas diversas e um aparelho celular.*

2. *Não bastassem as particularidades dos fatos imputados no delito originário deste writ, existe informe no viés de que o réu, reincidente, está sendo processado por outra suposta prática dos delitos da Lei n. 11.343/2006.*

3. *Tal cenário justifica a medida cautelar, para garantia da ordem pública e instrução criminal, ante as circunstâncias dos delitos imputados e a existência de sensível probabilidade de os réus reiterarem a prática delituosa, obstaculizar o andamento processual e furtar-se da aplicação da lei penal.*

4. *Segregação mantida.*  
**ORDEM DENEGADA."**

# Superior Tribunal de Justiça

Nas razões recursais, o Recorrente sustenta que não estão presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva e que o decreto prisional não possui fundamentação idônea.

Requer, liminarmente e no mérito, a sua imediata soltura, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido o pedido liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fl. 144; grifos no original):

*"Com efeito, depreende-se do expediente que uma guarnição policial se deslocou à Rua 25 de Março, para averiguar informe popular anônimo de que estaria ocorrendo comercialização de drogas. No local, os agentes visualizaram o paciente negociar narcóticos com os usuários, enquanto o coflagrado e terceiro (não identificado) atuavam como olheiros. Em determinado momento, o indivíduo não identificado gritou um código e fugiu do local, enquanto Lairto buscou refúgio em um furgão e o corréu foi abordado. As revistas pessoal e do automóvel ensejou na apreensão de 2,10 gramas de cocaína (divididos em sete porções), um aparelho celular e R\$ 100,00 (cem reais) em notas de cinco, dez e vinte reais.*

*Além das peculiaridades fáticas, as condições pessoais de Lairto tampouco lhe são favoráveis. Isso porque, o paciente é reincidente, além de estar sendo processado por outro suposto envolvimento com os delitos de tráfico e associação para o tráfico de narcóticos (processo n. 008/2.18.0010914-0, cuja denúncia foi recebida em 10.07.2019).*

*Tais circunstâncias, além de apontarem a um estilo de vida possivelmente voltado à reiteração delituosa, indicam que o paciente não demonstra condições de se adequar à liberdade provisória."*

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Recorrente não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no **risco de reiteração delitiva pela reincidência do Paciente e o fato de ter outras ações penais pelo crime de tráfico e associação para o tráfico em trâmite**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública. A propósito, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte,

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade"* (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Recorrente, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora